



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 104/XIII/ 3.ª SL

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*
  2. - *Apreciação e votação das atas n.ºs 101, 102 e 103, relativas a 31 de janeiro, 7 e 14 de fevereiro;*
  3. - *Admissão e distribuição da Petição n.º 465/XIII/3.ª - Criação de «Dia Nacional da Esperança»;*
  4. - *Admissão e distribuição da Petição n.º 468/XIII/3.ª - «Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde»;*
  5. - *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1042/XIII/3.º BE - «Avaliação do cumprimento da Lei no que diz respeito ao direito do utente ao acompanhamento nas instituições do Serviço Nacional de Saúde».*
  6. - *Outros assuntos.*
- 11:00 - Audiência da Andar (Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatoide), que pretende dar a conhecer a Associação e as preocupações na ajuda e defesa dos doentes com Artrite Reumatoide.*

---

#### 1. - Informações

A reunião foi presidida inicialmente pelo Vice-Presidente, Deputado Moisés Ferreira, que informou ter sido pedida pelo PAR a pronúncia da Comissão sobre um evento comemorativo do Dia Mundial da Saúde, no dia 6 de abril, a solicitação do Conselho Nacional de Saúde, não tendo havido oposição dos Deputados. Deu conta da entrada na Comissão, na segunda-feira, de um requerimento do PSD a solicitar a audição de um conjunto de entidades. Não tendo entrado no prazo estipulado no Regulamento da Comissão, colocou à consideração a hipótese da sua discussão nesta reunião. A Deputada Fatima Ramos alegou que o assunto é pacífico e do interesse de todos e surge na sequência de um despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde. O Deputado João Ramos referiu que não está preparado para votar o requerimento e o Deputado António Sales considerou o assunto interessante, mas certamente haverá outras oportunidades para questionar o Governo.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 104/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Não tendo havido concordância para a sua discussão, o Presidente em exercício indicou que o requerimento será discutido e votado na próxima reunião, imediatamente antes da audição do Ministro da Saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto deu nota de que foi referido na comunicação social que o Bastonário da Ordem dos Médicos vem entregar uma carta aberta à Comissão de Saúde, perguntando se poderá estar presente, tendo o Vice-Presidente em exercício declarado que ele próprio, em nome do Presidente, receberá o Bastonário, podendo os grupos parlamentares estar presentes.

#### 2. - Apreciação e votação das atas n.ºs 101, 102 e 103, relativas a 31 de janeiro, 7 e 14 de fevereiro

As atas n.ºs 101, 102 e 103, relativas a 31 de janeiro, 7 e 14 de fevereiro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Na ata n.º 102 foi acrescentada uma pergunta formulada pela Deputada Isabel Galriça Neto, na sua intervenção.

#### 3. - Admissão e distribuição da Petição n.º 465/XIII/3.<sup>a</sup> - Criação de «Dia Nacional da Esperança»

Foi admitida a Petição n.º 465/XIII/3.<sup>a</sup> e depois distribuída ao PSD, que indicou o Deputado Luís Vales para Relator.

#### 4. - Admissão e distribuição da Petição n.º 468/XIII/3.<sup>a</sup> - «Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde»

Foi admitida a Petição n.º 468/XIII/3.<sup>a</sup> e depois distribuída ao PS, que indicou o Deputado Luís Soares para Relator.

#### 5. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 1042/XIII/2.º BE - «Avaliação do cumprimento da Lei no que diz respeito ao direito do utente ao acompanhamento nas instituições do Serviço Nacional de Saúde»

Entretanto a Vice-Presidente da Comissão, Maria Antónia de Almeida Santos, assumiu a condução dos trabalhos, dando a palavra ao BE para apresentar o [Projeto de Resolução n.º 1042/XIII/2.º](#).



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 104/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR n.º 1042/XIII/2.<sup>a</sup>, do BE, que recomenda ao Governo que *«avalie as práticas e os regulamentos internos de todas as instituições inseridas no Serviço Nacional de Saúde, identificando situações onde não estão a ser respeitados os direitos dos utentes, nomeadamente no que diz respeito ao direito a acompanhamento»* e que *«envie à Assembleia da República, até ao final do ano, o relatório da avaliação feita, identificando-se situações de limitação ou negação do direito de acompanhamento, assim como as medidas que as instituições tiveram que adotar, de forma a garantir e promover os direitos dos utentes»*. Baseou esta recomendação na necessidade do cumprimento das regras quanto ao direito do utente ao acompanhamento, que uma vez admitido no serviço de urgência do SNS deve ser informado desse direito, sendo que muitas vezes esse direito esbarra nos procedimentos das Unidades de Saúde, nomeadamente dos Hospitais. A lei prevê que esse acompanhamento possa ser limitado em situações muito concretas e excecionais. Apresentou casos em que foram *«impostas restrições abusivas»* de acompanhamento do utente, impedindo que se humanize a prestação de cuidados de saúde.

O Deputado Luís Vales, do PSD, lamentou que fosse preciso apresentar um PJR para fazer cumprir a lei, cuja consolidação já data de 2014. Entende que os hospitais devem adotar um conjunto de mecanismos para ir de encontro ao previsto na legislação, considerando que o PJR poderia ir mais longe nesta matéria.

O Deputado João Marques, do PS, compreende os motivos do BE, numa perspetiva de humanização dos serviços. Acredita que os regulamentos internos dos hospitais vão ao encontro da lei e terão de ser os profissionais a avaliar se o acompanhamento pode ser feito.

A Deputada Isabel Galriça Neto, do CDS-PP, assinalou que, no que diz respeito à humanização dos serviços, designadamente para com os utentes que estão em situação de fim de vida, esta matéria tem importância relevante e que tudo o que possa existir para lembrar ao Governo que tem de cumprir a lei, é positivo. Entende que esta informação poderia constar do *«Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas»*.

O Deputado João Ramos, do PCP, referiu que o que é proposto no PJR cabe nas funções da AR, ou seja, a de saber se a legislação está a ser cumprida e, na



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 104/XIII/ 3.ª SL

perspetiva do PCP, tem de o ser. Poderá haver razões que limitem o cumprimento da lei e o número insuficiente de profissionais será uma delas.

O Deputado Moisés Ferreira recordou que esta legislação foi produzida pela própria AR e por unanimidade, recordando a consolidação dos direitos e deveres dos utentes, feita em 2014.

A informação relativa à discussão do PJR n.º 1042 XIII (2.ª), será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

#### 6. - Outros assuntos

O Deputado João Ramos, na qualidade de Coordenador do GT Saúde Pública, fez o balanço das audições realizadas e por realizar, destacando a dificuldade que foi encontrar datas de reunião, dada a sobreposição com outros grupos de trabalho, e as semanas atípicas com Jornadas Parlamentares às terças-feiras, o que não permitiu o seu funcionamento. Informou que na última reunião do GT foi decidido pedir alguns pareceres escritos e estabelecer um calendário a fim de concluir o processo.

#### 11:00 - Audiência da Andar (Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatoide), que pretende dar a conhecer a Associação e as preocupações na ajuda e defesa dos doentes com Artrite Reumatoide

A Presidente em exercício cumprimentou a ANDAR pelo trabalho em prol dos doentes, informando que o Sr. Presidente não pode estar presente, mas envia cumprimentos. Da delegação faziam parte a Presidente da ANDAR, Arsisete Saraiva, que veio acompanhada pelo Secretário-Geral, António Vilar e pelo Presidente da Sociedade Portuguesa de Reumatologia (SPR), José Canas da Silva.

Deu a palavra à Presidente para, numa intervenção inicial, apresentar as razões do pedido de audiência, tendo esta destacado, entre outros, o facto dos doentes artríticos mais graves não serem tratados na especialidade de reumatologia, que alguns hospitais dificultam o acesso do doente à consulta e que a referenciação atempada dos doentes implicaria menores custos e até menos internamentos e cirurgias.

António Vilar abordou as questões da dispensa dos medicamentos inovadoras e de na receita constar o preço máximo e mínimo do medicamento a fim de que o doente pudesse optar.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 104/XIII/ 3.ª SL

José Canas da Silva referiu que as doenças reumáticas são a primeira causa de reforma por invalidez e que nalguns distritos continua a ser difícil referenciar os doentes para reumatologia. Seria importante criar uma Rede de Referência de Reumatologia, informando que a SPR é a única sociedade científica em Portugal que tem uma base de dados, o que facilitaria a sua criação.

Usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Isaura Pedro, António Sales, Jorge Falcato, Isabel Galriça Neto e João Ramos, dando a Presidente da ANDAR todos os esclarecimentos. Deixou um livro, explicando que foi feito no feminino, que se debruça sobre uma figura pública, uma doente e uma médica, enviando posteriormente mais exemplares para todos.

Os esclarecimentos foram complementados por António Vilar e José Canas da Silva, tendo este alertado para a dificuldade das associações usarem espaços na AR.

A Presidente em exercício esclareceu que a gestão de espaços na AR é feita pelo PAR e pelo Secretário-Geral da AR, que certamente responderão aos pedidos. Agradeceu a presença da ANDAR e as informações disponibilizadas.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da audição ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 21 fevereiro 2018.

**A VICE-PRESIDENTE**

**(Maria Antónia de Almeida Santos)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 104/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Ana Rita Bessa  
João Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Marisabel Moutela  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Carla Cruz  
José de Matos Rosa  
José Luís Ferreira  
Miguel Santos